

GAZETA MERCANTIL

Diretor-Responsável: Herbert Levy

Ano LXII — Nº 17.694 — Sexta-feira, 7 de outubro de 1983

EDIÇÃO SIMULTÂNEA — SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, BRASÍLIA E PORTO ALEGRE

O desemprego, a recessão e saídas para a crise

O empresário Paulo Guilherme de Aguiar Cunha, engenheiro, presidente do grupo Ultra e vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Química e de Produtos Derivados (Abiquim), apresentou, em palestra no recente II Congresso dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro, algumas sugestões para o equacionamento dos problemas econômico-sociais que o Brasil está enfrentando, sob a premissa de que o diálogo e as propostas concretas são indispensáveis, na atual conjuntura, para o encaminhamento de uma solução. São as seguintes as suas sugestões:

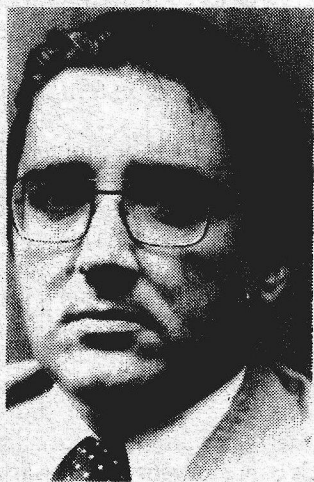
1. Antes de mais nada quero agradecer o convite que me foi feito de aqui comparecer e expressar minha opinião sobre o tema "Saídas para a Crise".

Acredito firmemente que o diálogo e propostas concretas, mesmo que parciais, dos diversos setores da sociedade, são indispensáveis para encaminhar a solução da crise atual.

2. O Brasil vive, hoje, a mais séria crise econômica de sua história, crise essa que já transborda para as áreas social e política da Nação.

Diferentemente das crises econômicas e financeiras que atingiram os países desenvolvidos no século atual, especialmente a Grande Depressão da década de 30, a crise brasileira possui características próprias, apenas parcialmente partilhadas com outros países em desenvolvimento.

Efetivamente, ela combina dimensões daquelas crises — queda da demanda e do emprego, iliquidez financeira generalizada, juros altos, etc. — com uma dramática restrição externa, que acrescenta efeitos de



Paulo Guilherme de Aguiar Cunha

restrição de oferta externa aos da queda de demanda interna.

A atual restrição externa sobre nossas importações é tão séria e tão crítica que poderá acarretar, a curto prazo, uma nova redução do nível de atividade interna por falta de produtos complementares indispensáveis (partes e componentes, catalisado-

res, matérias-primas agrícolas e industriais, serviços essenciais, etc.), com consequências potencialmente dramáticas para a Nação.

É necessário, inicialmente, entender as peculiaridades do comércio exterior de um país em desenvolvimento como o Brasil, e, particularmente, do papel desempenhado pelas importações.

3. O comércio exterior, para o nosso País, não é um simples instrumento de otimização de seu desenvolvimento econômico, em que a decisão de produzir ou de importar é tomada em função de vantagens comparativas.

Ao longo das últimas décadas de rápido desenvolvimento, o Brasil montou uma estrutura industrial integrada e complexa, uma agricultura com forte especialização geográfica, uma extensa rede rodoviária e uma estrutura de concentração populacional urbana e um perfil de consumo individual que exigem um volume mínimo de importações complementares para operar satisfatoriamente.

Para o Brasil, a importação de bens e de serviços (especialmente seguros, fretes e serviços gerais) é condicionante para o funcionamento pleno de sua estrutura econômica.

A diferença entre essas importações e exportações, quando positiva, constitui um "hiato de recursos" que deve ser coberto por ingressos de capital de risco e de financiamentos estrangeiros.

Entre 1970 e 1981, o Brasil apresentou saldos comerciais favoráveis, de pequena monta, em apenas quatro anos. No restante desse período apresentou "hiatos de recursos" que foram cobertos, basicamente, por financiamentos externos.

A existência de um excesso conjuntural de liquidez internacional permitiu suprir, temporariamente, esta insuficiência de recursos, retardando a conscientização nacional dos riscos da euforia do crescimento dependente, de um país que tem um histórico e crônico déficit na conta de serviços (seguros, fretes, etc.).

Continua na página seguinte

Documento

O desemprego, a recessão e...

Continuação da página anterior

4. A acelerada deterioração de nossas contas externas resultou da complexa ação de variáveis de curto, médio e longo prazos, e de âmbito externo, em um processo multifacetado, que foi analisado exaustivamente em estudo recente da Abiquim e publicado no seu Anuário de 1982. Não é necessário retomar aquela análise aqui. Tenho certeza de que partilhemos todos da consciência de que, no tocante aos estrangulamentos externos, o País se encontra atualmente diante de um impasse, cujo desfecho marcará profundamente o bem-estar desta e das próximas gerações brasileiras.

Dentro do esquema de pensamento neoclássico, que orienta, por exemplo, o FMI, o problema do País reside fundamentalmente em promover "reajustes" internos, já que a um nível "adequado" de renda interna o balanço de pagamentos estaria em equilíbrio automático.

A renegociação da dívida pode resolver o impasse

No caso brasileiro, entretanto, esse equilíbrio não será atingível a qualquer nível em que se situe a renda interna, devido às peculiaridades do déficit em conta corrente e à complementariedade técnica das importações com a produção nacional.

Na medida em que o serviço da dívida externa representa 80% da receita cambial e mais de 100% se realizarmos uma adequada recomposição de nossas reservas internacionais, muito pouco se pode encomendar ao aumento de exportações e à redução adicional de importações (essas últimas já em nível de comprometer a produção interna).

Em um horizonte de 5-10 anos, para que o Brasil consiga ampliar seu superávit externo e assim reduzir o serviço da dívida, a capacidade de produção deverá crescer, o que implica um PIB também em expansão. Como o estrangulamento externo impede o crescimento do PIB, a variável que deve ser "ajustada" é o serviço da dívida, através de uma efetiva renegociação dessa, ou o impasse não se resolverá.

A miopia da fórmula ajustada com o FMI, embora inexorável a curto prazo, não corresponde, por-

tanto, aos interesses maiores do Brasil nem mesmo aos interesses legítimos de nossos credores.

5. A partir de 1981, refletindo a aguda deterioração de nossas contas externas, a participação desse "hiato de recursos" no déficit externo em conta-corrente vem diminuindo basicamente através da redução das importações de mercadorias.

Atualmente, o financiamento externo não desempenha mais nenhum papel na complementação da poupança interna, sendo necessário apenas para "servir" o financiamento externo anterior, isto é, para a sua "rolagem".

De fato, a partir de 1983 o superávit comercial programado passa a ser superior ao déficit na conta de serviços, que é hoje de cerca de 3,5 bilhões de dólares, o que significa dizer que o Brasil não mais apresenta um "hiato de recursos", mas, sim, "excedente de recursos".

É claro que esse "excedente de recursos" possui limitações dadas pela compressibilidade máxima de nossas importações, pelos excedentes físicos máximos que o mercado externo absorve e pela evolução dos "termos de intercâmbio".

Os "termos de intercâmbio" de nosso comércio exterior têm, nos últimos anos, evoluído negativamente, sendo que, entre 1978 e 1981, a perda cambial a ele associada foi de quase 17 bilhões de dólares, isto é, o equivalente a um terço da dívida líquida externa do país em fins de 1981, o que significa uma perda líquida de cerca de 50% em quatro anos.

Ora, como se apresenta a situação hoje? O resultado conjunto dessa violenta perda nos "termos de intercâmbio", do segundo choque do petróleo e do choque dos juros, forçou o Brasil a não apenas perceber a gravidade da crise externa, que inicialmente era vista e dita como remota, mas também a agir no sentido de superá-la.

Apesar dos sacrifícios, não está havendo refinanciamento

Entretanto, essa solução de eliminar o "hiato de recurso" e, progressivamente, aumentar o "excedente" deveria exigir, implicitamente, a total rolagem da dívida externa,

em prazos e condições compatíveis com a preservação e ampliação da base econômica necessária para a implementação desse programa.

Além da "rolagem" favorecida da dívida externa, fazia-se necessário um mercado internacional favorável para nossas exportações, tanto em volume quanto em "termos de intercâmbio".

6. A crise internacional e o erro de percepção dos banqueiros, quanto às causas de nosso estrangulamento externo, que acreditam em uma solução através de um ajustamento passivo da economia brasileira, via uma recessão prolongada, aumentam brutalmente o custo social e político desse ajustamento e comprometem, mesmo, sua viabilidade.

Os sacrifícios exigidos por esta estratégia podem ser avaliados pelo fato de que o saldo comercial brasileiro, de 6 bilhões de dólares, em 1983, será feito com um volume físico de exportações bem superior ao de 1981, para um mesmo volume de divisas, e com uma redução de importações de 5 bilhões de dólares em relação ao mesmo ano.

Esse saldo comercial de 6 bilhões de dólares será, inicialmente, absorvido em mais de 3 bilhões pelo déficit da conta serviços, deixando pouco mais de 2 bilhões de dólares para reposição de reservas e redução das necessidades de financiamento adicional.

Este "excedente" é muito pequeno, em face do serviço de nossa dívida externa. Ele representa apenas 20% do montante de juros que o Brasil deveria pagar neste ano, para congelar a dívida externa no seu nível atual.

Como é de conhecimento de todos, em que pese estar o País se submetendo aos sacrifícios exigidos, o refinanciamento do serviço da dívida brasileira não está ocorrendo, impondo ao País uma insuportável asfixia cambial. As possíveis soluções residiriam evidentemente no aumento das exportações, na diminuição das importações, na melhoria dos "termos de intercâmbio", dificilmente viáveis com a urgência necessária.

Encontra-se, assim, o Brasil potencialmente sob a ameaça de sofrer um choque de restrição de oferta de produtos e serviços importados, que poderia desorganizar o seu sistema produtivo pela falta de componentes e matérias-primas de origem externa, não mais supridos por nossos fornecedores tradicionais, em face do risco de "default" brasileiro.

No limite, essa restrição de importações tornaria inoperável o atual parque industrial, o sistema agrícola, por falta de fertilizantes, o trans-

porte de bens agrícolas e industriais e o próprio abastecimento urbano.

Com isso, teríamos "ajustado" a renda interna dramaticamente para baixo e agravado a situação externa pela absoluta impossibilidade de manter as exportações, tanto tradicionais quanto não-tradicionais. Teríamos também desperdiçado, no meio da recessão interna, um esforço nacional de mais de três décadas dedicado à superação dos entraves do subdesenvolvimento do País.

Modificar progressivamente o perfil da oferta interna

Essa situação demonstra bem a gravidade do quadro atual e a irrealidade da premissa de ajustamento externo via redução de renda interna, já que nossas importações não são devidas à maximização das vantagens comparativas, mas à inexorável necessidade de complementação da atividade econômica interna.

7. A redução da dependência da economia brasileira da economia internacional, aconselhável em função do comportamento instável e negativo desta nos últimos anos, é necessária e positiva, mas exige tempo e, principalmente, ausência de importantes restrições no abastecimento externo durante a fase de adaptação estrutural.

É necessário que o Brasil modifique seu perfil de oferta interna progressivamente, de forma a fazer com que o comércio internacional passe a representar uma opção, e não uma coação.

Isso pode ser feito apenas com o crescimento do produto brasileiro, utilizando seus recursos ociosos e redirecionando-os para novos usos, criando, assim, um perfil de oferta menos dependente de complementos externos, substituindo importações e expandindo exportações.

Na linha de substituição de importações, o petróleo, por seu volume, é o que primeiro deve ser atacado.

A redução da vulnerabilidade do País ao petróleo deve ser feita através de vários caminhos, cabendo citar:

1. maior produção nacional de petróleo, incentivando os programas de pesquisa e produção;

2. exploração rápida, para fins de combustíveis e matéria-prima química.

Continua na página seguinte

Documento

O desemprego, a recessão e...

Continuação da página anterior

ca, das novas reservas de gás natural que se prenunciam;

3. aumento do uso da hidroeletricidade em substituição ao óleo combustível, através de investimentos maciços em transmissão e distribuição;

4. intensificação do Proálcool para substituir gasolina, para servir como matéria-prima química e para substituir óleo diesel, através de aditivação adequada;

5. investimento na eletrificação e reconstrução dos troncos principais das ferrovias brasileiras e no equipamento dos portos e da navegação costeira e fluvial brasileira, juntamente com sua melhoria administrativa, o que permitirá uma progressiva independência do caminhão, com importantes reduções no consumo da fração de petróleo que hoje é crítica, o diesel;

6. uso intensivo do carvão e da madeira como substituto do óleo combustível na geração de vapor e energia industriais.

Esses programas, que poderão levar de 5 a 10 anos, dependendo de qual se trate, devem visar à eliminação da importação de petróleo no seu horizonte de tempo limite. Ainda que esse objetivo não seja totalmente viável, ele serviria para colocar adequada pressão sobre as instituições envolvidas.

Ênfase à exportação de bens agrícolas

8. Além do petróleo, outros insumos importantes podem ser substituídos nas áreas química, metalúrgica, de fertilizantes e de peças e componentes, dando-se ênfase não apenas à eficiência econômica, mas também à segurança logística.

Com relação às exportações, o esforço não se deve limitar ao setor industrial, no qual o setor químico tem posição de destaque, mas deve ser dada adequada ênfase à exportação líquida de bens agrícolas, especialmente grãos, atentando aqui para o desenvolvimento dos cerrados, o que exigirá do setor químico a oferta nacional de fertilizantes e defensivos agrícolas.

Esses esforços deverão ser acompanhados de uma mudança no perfil de oferta brasileiro,

adequando-o para o suprimento de bens de uso difundido e popular.

Para um país sujeito a um estrangulamento externo não necessariamente efêmero, que exporta apenas 8% de seu PIB e que se depara com carências sociais de grande magnitude, esta mudança do perfil da oferta, voltada para o consumo básico da população, é um imperativo do bom senso.

Desenvolver o mercado interno é atender aos anseios nacionais

Isto é verdade também do ponto de vista da necessidade de ampliar de forma duradoura o comércio exterior, pois, exceção feita a uma economia colonial de exportação, o crescimento do comércio exterior requer sustentação num mercado interno em desenvolvimento, que propicia escala e genuínas vantagens competitivas no cenário mundial.

O desenvolvimento do mercado interno é na realidade a única forma de atender aos anseios nacionais, que não têm expressão possível em "moeda conversível".

É evidente que não se pode deixar de enfatizar como necessidade básica e investimentos prioritários de qualquer nação a saúde e a educação. Nos limites deste trabalho, neste momento do País e diante de uma platéia saudável e educada, destacamos, entretanto, os problemas de desemprego e fome, que tanto angustiam o Brasil.

Trata-se de prioridades indeclináveis para qualquer nação civilizada, que, diante da gravidade do atual momento, não comportam exercícios retóricos ou preterimento.

Um projeto nacional com estas prioridades encontra-se dentro das possibilidades de um Brasil soberano.

Na medida em que o componente importado das necessidades básicas da população brasileira é quase nulo, e que existe ampla ociosidade de mão-de-obra, de talento criativo, de máquinas e equipamentos e de terras, o lado "real" do seu financiamento é perfeitamente viável. Entretanto, a mobilização e direcionamento adequados desses recursos "reais" exigem uma política econômica construída explicitamente sobre as prioridades mencionadas com

manipulação inteligente dos instrumentos de um estado moderno. Alguém se revestem de grande urgência neste sentido.

9. O fato de o Brasil contar, hoje, com cinco moedas de curso legal (ORTN, INPC, ORTN expurgada, IGP e correção cambial) dificulta a solução financeira das equações dos diversos agentes econômicos, que compram fatores em uma moeda, vendem produtos em outra moeda e pagam serviços financeiros em uma terceira.

A primeira medida seria, pois, unificar a moeda brasileira, restabelecendo o cruzeiro como o único instrumento com poder liberatório legal no território nacional.

A partir daí, a solução, por exemplo, da dívida pública ficaria grandemente facilitada.

A atual e comentada dívida pública brasileira, que representa apenas 10% do PIB brasileiro, sendo inferior às dívidas internas de muitos países desenvolvidos em várias épocas de sua história, tem seu problema ligado apenas a seus prazos e seus juros efetivos.

A extensão de seu prazo e a redução de seus juros reais, aliviaria a caixa do Tesouro Nacional e diminuiria o déficit público, propiciando, junto com uma maior carga fiscal, hoje das mais baixas do mundo, a criação de recursos financeiros necessários para viabilizar os recursos "reais" para programas que enfoquem prioritariamente a questão do desemprego.

"Imprescindível a retomada do nível de atividade interna"

Neste sentido, é evidente que o primeiro ponto a atacar é a reforma do sistema financeiro, já que a renda baseada em papéis de alta rentabilidade e alta liquidez que caracterizam hoje todos os papéis do mercado, puxados pelos títulos do governo, cedo poderão fazer com que o País coma sanduíches de ORTN, beba sucos de LTN, vista-se com roupas de CDB, more em casas construídas com as próprias cadernetas de poupança, e assim por diante.

A imprescindível retomada do nível de atividade interna, delineada em um Projeto Nacional soberano e socialmente sensível, forneceria ou-

tra fatia de recursos financeiros, especialmente se a rentabilidade das empresas industriais, públicas e privadas, fosse restabelecida a níveis de padrão internacional.

As implicações sobre a inflação e sobre como tratar a indexação da economia brasileira, implícita no retorno a uma única moeda, são problemas técnicos no contexto das soluções preconizadas, que podemos nos abster de examinar aqui e agora.

Outra medida imprescindível é uma reforma fiscal que restabeleça princípios federativos básicos, dotando os governos municipal, estadual e federal dos instrumentos e dos recursos necessários para o desempenho adequado de suas funções constitucionais.

Reconheço dificuldades existentes neste sentido, enraizadas em nossa cultura política. Estou convencido, por outro lado, de que a nação brasileira já alcançou a maturidade política necessária para enfrentar a questão de uma reforma fiscal com ampla participação de todos os segmentos da sociedade.

10. Um Projeto Nacional que enfeixe soluções soberanas para a atual crise brasileira encontra no presente momento sua grande restrição na dívida externa e no seu equacionamento.

Uma renegociação que signifique apenas exorcizar o fantasma atual do absoluto estrangulamento externo, através de um programa de ajustamento de curto prazo (trimestral), com liberações de recursos de tipo "suppliers", e em regime de contingotas, inviabiliza esse Projeto.

Apenas uma renegociação com os Bancos Centrais dos países credores, através da qual esses Bancos Centrais assumam uma parcela de nossos débitos e os reescalonem a longo prazo e a juros compatíveis com nosso comércio internacional, dará o espaço necessário para que o Brasil não imponha, a seu tecido social, pressões de ruptura.

Estas seriam, a meu ver, partes importantes, embora parciais, de um grande Projeto Nacional, pelo qual a Nação inteira espera ansiosamente. Este projeto, que deve, necessariamente, receber subsídios de todos os segmentos sociais brasileiros e que só pode ser editado pelo presidente da República, pressupõe efetivamente o aperfeiçoamento democrático, o desenvolvimento acelerado das regiões mais pobres do País e melhor distribuição de renda.

Tal Projeto Nacional recolocará o País frente a frente com seu futuro. Tenho a certeza de que, de imediato, faria ressurgir o bem mais escasso no Brasil de hoje: a esperança.